



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 108, DE 2024**

*Altera a Lei nº 14.541 de 3 de abril de 2023, que dispõe sobre criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), para a ampliação da capacidade de atendimento das delegacias especializadas de atendimento à mulher.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Altera a Lei nº 14.541 de 3 de abril de 2023, que dispõe sobre criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), para a ampliação da capacidade de atendimento das delegacias especializadas de atendimento à mulher.

Art. 2º. A Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023, passará a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 2º.....

.....

§1º. O Poder Público promoverá, mediante estudos técnicos de avaliação, a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em regiões estratégicas, visando garantir uma cobertura abrangente.

§2º. Em caso de identificação da necessidade de uma maior presença, por meio dos estudos de que trata o parágrafo anterior, o Poder Público deverá estabelecer postos avançados em localidades de maior vulnerabilidade ou realizar parcerias com outras instituições que possam contribuir para a promoção da segurança e atendimento especializado.



Art. 3º.....

.....

§3º. O Poder Público incentivará a cooperação interestadual entre as unidades federativas para compartilhar boas práticas, experiências e recursos relacionados ao funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM).

§4º. O Poder Executivo promoverá a criação de um fórum de troca de informações e cooperação entre as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM).

§5º. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) apresentarão relatórios anuais detalhando suas atividades, desempenho, desafios e propostas de melhorias.

§6º. Os relatórios serão enviados aos órgãos competentes e disponibilizados ao público, promovendo a transparência e a prestação de contas.

.....

Art. 5º.....

.....

Parágrafo Único. O Poder Executivo estabelecerá normas técnicas de padronização para a utilização dos recursos, garantindo a efetividade e eficiência na ampliação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)” (NR).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2024.

Deputada **ANA PIMENTEL**  
Presidenta

